

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA TESE:

Escravidão nas Áreas Cafeeiras — Aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista (1).

A análise de aspectos do sistema escravista na sociedade brasileira e, especialmente, de sua desagregação, vem sendo objeto de vários trabalhos, no campo universitário.

O interesse pelo estudo deste fenômeno social, com um critério desvinculado de apreciações subjetivistas, não é ocasional. Pelo contrário, liga-se a concepções mais amplas da análise da realidade, que ganharam terreno entre nossos historiadores e sociólogos.

Assim, surgiram os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso (2), Otávio Ianni (3), Paula Beiguelman (4) e, agora, a tese de livre-docência de Emília Viotti da Costa, **Escravidão nas Áreas Cafeeiras — Aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista**, apresentada à Cadeira de História da Civilização Brasileira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Divide-se a obra em três partes: Aspectos econômicos da desagregação do sistema escravista (Parte I); Condições de vida do escravo nas zonas cafeeiras (Parte II); Escravidão e Ideologias (Parte III).

Embora a autora se proponha a estudar as relações de tipo escravista vinculadas à produção do café, sua análise vem iluminar o funcionamento global do sistema, não só pelo estudo

(1). — Costa (Emília Viotti da), **Escravidão nas áreas cafeeiras — (Aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista)**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1964. 3 vols., 1001 págs. (Tese de Livre-docência apresentada à Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo).

(2). — Cardoso (Fernando Henrique), **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. Difusão Européia do Livro. São Paulo.

(3). — Ianni (Otávio), **As Metamorfoses do Escravo**. Difusão Européia do Livro. São Paulo.

(4). — Beiguelman (Paula), **Teoria e Ação no Pensamento Abolicionista**. (Tese de Doutorado apresentada à Cadeira de Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo).

da Abolição como processo social e político, realizado na Parte III, como também porque é notadamente com referência à produção cafeeira que podemos compreender a persistência, a crise e a desagregação do regime escravista, após o primeiro quartel do século XIX.

O trabalho busca realizar uma explicação histórica que abrange vários níveis do real. Trata-se de entrosar a análise das modificações estruturais, sobretudo de natureza econômica, que condicionam a desagregação do sistema, com a ação humana agindo no sentido da mudança ou da manutenção da ordem existente, sem esquecer o retrato do cotidiano, porque o fenômeno social se concretiza em uma experiência vivida.

Os fatores que introduzem modificações nas relações de produção balisam as possibilidades da ação humana. Mas esta não é borrada do processo histórico, como um elemento que reflete automaticamente tais modificações. Dentro de certos limites, os homens agem nesta ou naquela direção e, a análise do movimento abolicionista e das ideologias opostas, feita na parte III da tese, dá a medida de como o contingente e os vários rumos possíveis se inserem no curso da História.

Tendo presente este modelo de explicação, a parte II da obra, que trata das condições de vida do escravo nas zonas cafeeiras, não tem apenas uma intenção narrativa. Ao se revelar a seus olhos a experiência do dia a dia, o leitor alcança as dimensões do sistema como alguma coisa realmente vivida: se a análise estrutural atinge um nível sempre mais complexo da realidade, por si só não a esgota e tende mesmo a ressecá-la, quando não se introduz o cotidiano (5).

A cessação do tráfico é objeto de uma minuciosa análise na Parte I, como marco inicial que abre caminho à substituição da mão-de-obra escrava. A escravidão moderna faz parte do sistema colonial e não pode ser compreendida sem as suas vinculações externas, aparecendo como única forma de exploração possível de áreas voltadas para a produção extensiva de gêneros agrícolas e para a extração de metais preciosos, na impossibilidade de se contar, em grande escala, com o recurso do trabalho assalariado.

As modificações estruturais do sistema capitalista no século XIX, especialmente na Inglaterra, levam **grossó modo** à su-

(5). — Um excelente exemplo deste esquema metodológico se encontra no livro de Stanley J. Stein, Vassouras. *A Brazilian Coffee Country, 1850-1900*, Cambridge, Harvard, Un. Press 1957, traduzido para o português sob o título de *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, Editora Brasiliense.

peração do sistema escravista. Mas esta superação só pode ser lograda, na medida em que haja um razoável encôntro de interesses, ainda que circunstancial, entre as fôrças externas e uma parte das classes sociais do país que se beneficiam com o sistema.

A autora demonstra como resulta ineficaz a lei de 1831, promulgada em obediência aos acordos anteriormente firmados com a Inglaterra, pela qual se decretava a liberdade dos escravos vindos de fora do Império, impondo-se severas penas aos infratores. Apesar da pressão inglêsa, a lei não encontra um mínimo de condições internas para se efetivar e é abertamente desrespeitada.

Já o diploma de 1850, a chamada **Lei Eusébio de Queiroz**, com tôdas as resistências, acaba tendo eficácia porque encontra certo apôio em setores agrários ligados ao govêrno, que se haviam endividado na compra de escravos, hipotecando suas fazendas e correndo o risco de vê-las passar às mãos dos negreiros. Além disto, o momentâneo abarrotamento do mercado permitiu, pelo menos, a indiferença de muitos fazendeiros interessados na manutenção do regime.

Entretanto, se as decisões que põem fim ao tráfico só logram êxito na medida em que encontram certo eco no país, são votadas principalmente pela pressão internacional. Esta pressão é um dos fatôres que, ao cortar a fonte externa de suprimento da mão-de-obra escrava, força a procura de caminhos para a superação do sistema, ou ao menos para a sua redefinição.

Embora assinale tal circunstância, a tese carece de uma análise, em nível mais abstrato, da evolução do capitalismo mundial. Ao se fazer o estudo dos “aspectos econômicos da desagregação do sistema escravista” no Brasil, caberia especialmente uma discussão em tôrno da incompatibilidade entre trabalho escravo e capitalismo industrial. Isto permitiria atingir as raízes mais profundas da desagregação e esclarecer melhor certas circunstâncias particulares. A ação da Inglaterra contra o tráfico, por exemplo, nem sempre é a mesma, variando de acôrdo com a maior ou menor influência dos setores industrialistas inglêses, em luta contra os monopolistas ligados ao sistema colonial baseado na escravidão.

As experiências de trabalho livre são examinadas sempre como uma das faces de um problema: os fracassos ou êxitos das novas relações de trabalho se referem à persistência

ou não de condições estruturais que favorecem a continuidade ou a decadência do sistema escravista.

Destaque especial merece, a este respeito, a análise da experiência realizada pelo senador Vergueiro que, a partir de 1840, começa a introduzir imigrantes no país, para trabalhar em regime de parceria.

A autora foge de uma posição subjetiva “vergueirista” ou “anti-vergueirista” e busca nas condições sociais e no mecanismo do sistema as razões de sua ineficácia. O parceiro tinha viagem paga, transporte até a fazenda, alguns fornecimentos necessários à sua manutenção inicial, mas as despesas daí resultantes eram um simples adiantamento, até que pudesse sustentar-se com os frutos de sua atividade. Tais frutos eram representados por metade do lucro líquido obtido na venda do café, feitas as deduções, acrescidas de juros. O sistema de produção irracional, o ônus representado pelos transportes precários, elevavam o custo da produção, permitindo margens de lucro pequenas, quando o café não alcançava preços elevados no mercado internacional. Além disto, aos proprietários interessava entregar aos parceiros lavouras em formação, ou cafêzais de baixa produtividade, enquanto o interesse dos parceiros era exatamente o oposto.

E’ significativo ressaltar que, guardadas as proporções, a parceria criou tensões nas relações de trabalho, tanto no setor dos proprietários, como dos imigrantes. Estes, abandonavam as fazendas, sob o peso das despesas, ou desanimados pela pequena margem que lhes era atribuída na meação. Os fazendeiros assistiam ao abandono do trabalho, sem ressarcir-se, muitas vezes, dos gastos relacionados com a vinda dos parceiros.

O regime não funciona na esfera da produção e dêle só recolhe frutos a empresa Vergueiro & Cia.: o comércio de mão-de-obra proporciona-lhe bons lucros, através dos contratos com os fazendeiros, contando ainda com empréstimos e subvenções do governo imperial, na medida em que elementos ligados ao senador se encontrassem no poder.

Cabe destacar, ainda neste aspecto, as observações da autora acêrca da tomada de consciência dos proprietários, em face do fracasso da experiência. Se alguns chegaram a se aproximar da realidade, defendendo um sistema que não onerasse o imigrante com as dívidas iniciais, a maioria encontrou explicações mais simplistas, resultantes de uma falsa consciência da situação. Isto deu origem ao preconceito acêrca da má qualidade do parceiro, que chegou mesmo até nossos dias.

Os ensaios de introdução do trabalho assalariado não encontram melhores condições de êxito. A imigração não oferece atrativos, pois o sistema só funciona com possibilidades de rentabilidade desde que os salários sejam mantidos em nível muito baixo. Embora o trabalhador assalariado tenha uma situação menos instável do que a observada em regime de parceria, por não depender diretamente das oscilações de preço no mercado e da apuração do lucro, não chega a perceber, muitas vezes, o que obtinha o parceiro. A irracionalidade da produção eleva os custos e a simples permanência do sistema escravista concorre para o aviltamento dos salários.

Entretanto, uma série de modificações estruturais vão se operando, abrindo caminho para a introdução do trabalho livre e a decadência do sistema.

A autora analisa os vários fatores que concorrem para a transformação, ao alterarem as relações de produção e o ritmo de circulação das mercadorias.

A melhoria das vias de comunicação está entre estes fatores e o trabalho examina o ônus representado pelas estradas deficientes, assim como os efeitos do progresso neste setor. A introdução da estrada de ferro opera uma verdadeira revolução na economia cafeeira, reduzindo custos, liberando capitais e mão-de-obra.

Por outro lado, as inovações tecnológicas, no processo de beneficiamento, passam a exigir força de trabalho mais qualificada, ao se patentear a incompatibilidade entre o trabalho escravo e a introdução da maquinária. O desenvolvimento dos meios de produção leva à maior divisão do trabalho e a um processo produtivo mais racionalizado. O sistema escravista, do ponto de vista econômico, pressupõe uma economia de desperdício pois, comprada a mão-de-obra escrava, é necessário fazê-la render, independentemente das boas ou más condições da oferta e da procura dos produtos no mercado. A produção baseada em processos mais tecnificados e no trabalho livre permite maior flexibilidade em função do mercado, contratando-se ou dispensando-se mão-de-obra, de acordo com as possibilidades que este apresenta.

Embora esboce o quadro em linhas gerais, a tese se resente, neste aspecto, de uma discussão mais rigorosa acerca da incompatibilidade entre as novas relações econômicas e sociais nascentes no país e a organização de trabalho de tipo escravo.

Ao lado dos fatores apontados, vários outros concorrem para acelerar a mudança: a alta de preços do café, ao menos

até 1880; as transformações econômicas e sociais que atingem a Itália, a partir de 1870, criando um clima de disponibilidade para a emigração; o pagamento pelo governo imperial das despesas de transporte; a urbanização do país; a industrialização, ainda que muito incipiente.

Não cabe aqui apreciar todos os aspectos apontados. É importante assinalar, porém, que as transformações estruturais possibilitam a maior eficácia da ação abolicionista, inclusive pela aparição de dois setores conflitantes, no seio das camadas dominantes ligadas à produção cafeeira: o dos fazendeiros do Vale do Paraíba que, sobretudo pela queda da produtividade do solo, são incapazes de acompanhar a mudança e se aferram ao sistema, e o dos fazendeiros do Oeste Paulista, interessados na introdução do maquinário, do trabalho assalariado, embora sem abandonar de todo a mão-de-obra escrava, indiferentes ao menos à desagregação do sistema escravista.

O estudo da viabilidade de concretização das idéias anti-escravistas, objeto da parte III da Tese, não pode ser entendido sem referência às transformações de estrutura. Os argumentos abolicionistas, quando a ação se organiza em clubes e sociedades, a partir da década de setenta, já estão contidos no pensamento de José Bonifácio em 1823, ou no de Burlamaque, em 1837. Mas estes argumentos, repetidos com pequenas variações, têm uma repercussão muito maior a partir de 1870 do que trinta ou quarenta anos antes.

A autora não estabelece uma nítida diferenciação entre escravistas e emancipadores. Esta aparente confusão não é, entretanto, ocasional. No século XIX, são raros os defensores abertos da escravidão e, à medida que o sistema entra em decadência, tais defensores quase desaparecem.

A ideologia escravista, para se sustentar e ter condições de êxito, mascara-se em uma “consciência emancipadora”. A inviabilidade do sistema já não é posta em dúvida, mas as soluções ficam à espera de “modificações na ordem natural das coisas” ou são aceitas na medida em que servem para deter um avanço maior.

Este mecanismo é pôsto a nu quando a tese expõe o grande debate travado em tórno das chamadas leis do **Ventre Livre** e dos **Sexagenários**. Os grupos escravistas mais inconscientes, ou que sofrem mais diretamente com o abalo do regime, lutam desesperadamente contra a aprovação de qualquer lei, mesmo de caráter moderado. Ao não alcançarem êxito em sua ação, aprovadas as leis emancipadoras, aferram-se a elas e às suas limitações, para lutar contra um nôvo passo

adiante: os inimigos da lei do **Ventre Livre** são seus maiores defensores, quando se trata de barrar a aprovação da lei dos **Sexagenários**.

Mas, a análise que a autora faz dêstes dois diplomas legais, como tentativas reformistas de modificar a ordem estabelecida, ilumina de maneira mais rica, do que tradicionalmente tem sido feito, os objetivos dos vários grupos empenhados na conservação ou na superação do regime escravista.

Sem dúvida, os abolicionistas se empenham na aprovação de leis de extinção gradual, com o conteúdo mais radical possível. Entretanto, os setores escravistas dotados de uma visão de conjunto dos interesses da classe senhorial, empenham-se na aprovação de reformas que impeçam a desagregação total do sistema, dando a estas reformas um conteúdo limitado. A chamada **Lei do Ventre Livre** é um exemplo típico da tentativa de alcançar tais objetivos: a tese assinala com o dispositivo legal que facultava ao senhor conservar os filhos de escrava a seu serviço até os 21 anos, significava, na prática, a perpetuação do regime, pelo menos por mais duas gerações.

O relato dos acontecimentos ligados aos últimos anos que precedem ao fim do sistema, leva o leitor a uma conclusão que a autora poderia ter tirado claramente: não é possível compreender todo o mecanismo da Abolição sem destacar o papel dos agentes abolicionistas, que agem não só no plano parlamentar, como no extraparlamentar. Sem dúvida, as condições sociais davam viabilidade à mudança; sem dúvida, havia setores das classes senhoriais interessadas na Abolição: mas, no seu desfêcho, o processo não se explica sem a atividade extraparlamentar dos agentes abolicionistas.

No plano puramente estrutural, as possibilidades do sistema não pareciam esgotadas de todo. O grande surto imigratório só se vai verificar após o 13 de maio. A ação do abolicionismo, criando tensões expressas em fugas, protestos, revoltas, torna politicamente inviável a continuidade do sistema, mesmo a curto prazo, e a Abolição se faz.

Entre os elementos mais destacados da agitação abolicionista, predominam os representantes das classes médias urbanas. Porém, a Abolição, como movimento nascido fora das senzalas e alheio a uma visão do problema a partir do negro, não se concretiza em benefício direto dêste, ou da pequena burguesia das cidades. A camada senhorial mais avançada aceita o desfêcho e o circunscreve à medida de seus interesses, dominando e orientando o sentido geral da transformação.

As posições escravista e anti-escravista são o grande divisor de águas dos últimos quarenta anos do Império. Há, em um e outro campo, conservadores, liberais, positivistas, monarquistas e republicanos.

A falsa consciência do problema leva os escravistas, ou os que dêles se aproximam, às propostas de soluções inviáveis e às expectativas catastróficas, como consequência da Abolição, que se confirmam apenas com relação a um segmento da camada senhorial — a do Vale do Paraíba. As “soluções” têm um sentido desligado da realidade, principalmente quando impregnadas de certas concepções teóricas correntes na época. Assim, os positivistas Brandão Júnior e Pereira Barreto, defendendo uma curiosa “teoria do desenvolvimento por etapas”, em estilo século XIX, chegaram a propor a instituição da servidão no Brasil, como decorrência orgânica do fim de nosso período escravista.

A consciência abolicionista, operando no sentido da História, tinha também limites que a própria História lhe impunha: o fim da escravidão, como hoje é óbvio, não produziu a esperada superação de todos os problemas com ela relacionados.

Escravidão nas Áreas Cafeeiras é uma obra séria, construída a partir de um esquema metodológico feliz e de uma hipótese comprovada por uma documentação considerável. Pena que fique, às vezes, demasiado rente ao documento. Uma análise teórica mais abstrata, acêrca dos problemas de fundo, e conclusões finais menos tímidas poderiam dar-lhe maior densidade.

Mas, tem o grande mérito dos trabalhos históricos que, ao buscar a interpretação do passado, projetam-se também no presente.

Os ecos dos choques entre escravistas e abolicionistas chegam até nós, com um sentido atual, sem que se faça uma transposição mecânica. Por isso mesmo nos é mais fácil compreender argumentos opostos, em torno do problema. Não há qualquer coisa de familiar, aos nossos ouvidos, tanto nas alegações dos fazendeiros que queriam ser indenizados “porque não podiam arcar com as consequências do fim de um sistema cuja legitimidade era até então aceita”, quanto na frase do abolicionista Teixeira Mendes, ao indagar se “porventura já se lembraram de reclamar indenização para os atuais escravos”?

A autora soube aproveitar, na elaboração de seu trabalho, as lições de Lucien Febvre: ao penetrar em um momento do

passado, procurou reconstitui-lo em sua realidade vivida. Certamente, porque também para ela a História não é uma “necrópole adormecida, onde passeiam solitárias, sombras desprovidas de conteúdo”.

BORIS FAUSTO

Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras da Universidade de São Paulo